

PAPER APRESENTADO NO SEMINÁRIO FÓRUM DCA 2012

Natal, 27 de Julho de 2012

Ana Paula Queiroz

O CEDECA Casa Renascer parabeniza o Fórum DCA do Rio de Janeiro pela iniciativa do projeto nacional e ao IBISS pela parceria na sua execução, demais parceiros, bem como ao Fórum DCA RN, do qual fazemos parte juntamente com diversas organizações que atuam na defesa de direitos de crianças e adolescentes no RN.

O CEDECA Casa Renascer é uma organização civil, sem fins lucrativos, fundada em 02 de janeiro de 1991, tem como propósito institucional Defender os direitos humanos de crianças e adolescentes na perspectiva de fortalecer a democracia superando as desigualdades e as injustiças sociais.

Agradecemos o convite para composição dessa mesa que tratará do **PANORAMA dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Natal/RN: aspectos relevantes e a Copa do Mundo 2014**. Antes de iniciar nossa fala ressaltamos que os aspectos que apresentaremos a seguir já foram relatados anteriormente em vários espaços do qual o CEDECA Casa Renascer participa, e que representa um conjunto de discussões e análises realizadas tanto nas discussões de casos emblemáticos acompanhados pela instituição, como aborda elementos tratados no dossiê denúncia que veiculamos em 2010, na Carta do movimento da infância entregue pelo Comitê estadual de Enfrentamento à Violência Sexual do RN e Fórum DCA na ocasião do seminário da ABMP realizado no mês de Maio do corrente ano em Natal, e no relatório da CPI da exploração sexual da qual acompanhamos a comissão parlamentar na visita ao ITEP, DCA e à reunião com a governadora em junho passado.

O fato é que temos duas realidades que se colocam “verdadeiras e absolutas” no discurso de seus interlocutores na defesa de interesses, que podem ser próprios ou coletivos:

- 1) Que a Copa do Mundo, as Olimpíadas, e as grandes obras, embora tenham características distintas, são defendidas como as maiores oportunidades de desenvolvimento econômico, social e cultural que o Brasil terá na sua história mais recente.
- 2) Que chegamos ao estágio que sempre desejamos, ou seja, que a sociedade fosse capaz de identificar e denunciar situações de violência cometida contra crianças e adolescentes.

Segundo o Documento da Articulação Popular Nacional pela garantia dos Direitos Humanos, no contexto dos Megaeventos (2011) nos investimentos para Copa 2014 está prevista a quantia de R\$ 24 bilhões de recursos públicos (10 vezes o orçamento do Ministério dos Esportes em 2011) nas obras das 12 cidades sedes: Fortaleza, Recife, Natal, Salvador, Manaus, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre. Além deste dinheiro, foi aprovada isenção de impostos para as construtoras dos estádios e dos campos de treinos nas outras cidades que atuarão como apoio à Copa, recebendo as seleções. Se forem contabilizados os recursos investidos para a construção de equipamentos para Copa e Olimpíadas, o país poderia diminuir o déficit habitacional, ampliar o acesso aos serviços urbanos básicos, promover melhorias socioambientais, programas de trabalho e renda, investir na saúde pública e na educação. Além disso, poderia construir uma política esportiva que promovesse o esporte de forma ampliada nas escolas.

A sociedade civil organizada que tem total clareza que a luta pela garantia de direitos não se restringe meramente ao desenvolvimento econômico, a partir do acesso a crédito para consumo, e nem termina quando a denúncia de violação é realizada. Quando está ocorrendo cabe ao Estado garantir a efetivação da política pública. O fato de termos maior número de denúncias a cada ano tem nos demonstrado uma fragilidade da política pública no atendimento direto destes casos, e que nos coloca enquanto defensores de direitos humanos em uma armadilha, que é a perda da credibilidade da sociedade, na capacidade do Estado, para que continue denunciando.

Só para ilustrar apresento os dados do DDN 100 (2012): De Janeiro a Abril de 2012 o Módulo Criança e Adolescente recebeu 34.142 denúncias, que representa 71% de aumento em relação ao mesmo período do ano anterior. Dentre os estados com maior incidência de denúncias estão os estados de São Paulo com 4.644 relatos, seguido pelo Rio de Janeiro com 4.521 e Bahia com 3.634 relatos de denúncias. Quando considerado o número de denúncias para cada 50.000 habitantes, o Distrito Federal aparece em primeiro lugar com o índice de 19,24 denúncias para cada 50.000 habitantes, seguido do Rio Grande do Norte com o índice de 18,54 e o Amazonas com 17,01. A região com maior número de relatos é a região sudeste, responsável por 36,2% do total de registros do módulo Criança e Adolescente, seguida da região nordeste com 34,7%, a região sul com 11,3%, a região centro oeste com 9% e, por fim, a região norte com 8,8% do total de denúncias registradas no período.

A Polícia Rodoviária Federal, em 2010, identificou 1.820 lugares de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, sendo 545 no Nordeste, e o Rio Grande do Norte figura na sexta colocação com 110 pontos mapeados.

Constata-se que o número de denúncias tem aumentado vertiginosamente, porém não temos a retaguarda necessária garantida pelo Estado para operacionalização da política de proteção.

Considerando os destaques de resultado da avaliação do plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de 2009, o dossiê denúncia veiculado pelo CEDECA Casa Renascer em 2010, no qual relatamos 3 casos emblemáticos em que as crianças e adolescente passaram por todo o sistema de garantia de direitos sem que o ciclo de violência fosse interrompido, a carta do movimento da infância, apresentada ao seminário da ABMP, e elementos discutidos durante visita da CPI da exploração sexual apresentamos a seguinte situação:

- 1) O Plano Estadual de Enfrentamento à Violência elaborado em 2001 nunca teve recurso específico para implementação nas peças orçamentárias. O Comitê Estadual contou com uma emenda parlamentar, da Deputada Márcia Maia, para realizar ações de capacitação nas regiões pólo. As ações implementadas ocorreram por iniciativa da sociedade civil e empresas, porém sem estarem articuladas não foi possível visualizar o impacto das mesmas.
- 2) Articulação deficitária da rede de proteção e promoção; desconhecimento dos papéis de cada instância no fluxo de atendimento da Rede, bem como ausência de formação especializada e continuada dos profissionais.
- 3) Necessidade de garantia e monitoramento do SUAS, para qualificação da Proteção Social Básica e Especial. A realidade do Estado apresenta grande lacuna entre a denúncia realizada e o acompanhamento especializado às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual. São 52 CREAS implantados e em fase de implantação com inúmeras fragilidades no que se refere a dimensão técnico-operativa e ético-política, à rotatividade constante das equipes, e estruturação do serviço.

- 4) Reordenamento e qualificação da estrutura policial e de perícias para atender os casos de crimes praticados contra a criança e o adolescente, a situação de atendimento do ITEP é inaceitável (garantia de privacidade para realização dos exames de corpo de delito e conjunção carnal, avaliação psicológica em ambiente adequado). A reestruturação da DCA que tem recebido um crescente número de denúncias sem alteração da estruturação do trabalho. (à CPI recomendou a designação de um delegado adjunto, escrivão, nomeação de policiais civis, viatura e computadores necessários). Ainda permanecemos com apenas 01 delegacia especializada no Estado. A CPI recomendou também ao governo do Estado a criação de uma delegacia na zona norte de Natal, e 01 para cada região pólo de Mossoró, Caicó e região metropolitana.
- 5) A reestruturação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil – PAIR, no Estado, que foi executado no âmbito do município de Natal na gestão pública 2005-2008.
- 6) Necessidade de estruturação e formação técnica e política continuada para os conselheiros tutelares.
- 7) Prioridade para criança e adolescente no orçamento público. Apesar das falas governamentais colocarem a criança como prioridade absoluta o CONSEC teve sua proposta orçamentária de PPA de 6.440.000,00 reduzida para 2.700.000,00. O orçamento do CONSEC 935.00,00 para 2012 resultou em 150.000,00, ou seja, sofreu um corte de 84% o que engessa o controle social.

No que se refere ao sistema sócio-educativo a situação do RN é gravíssima. Em recente atuação conjunta o Ministério Público, Defensoria Pública, CONSEC e OAB divulgaram no relatório “Documento Interinstitucional: irregularidades no sistema sócio-educativo” a situação calamitosa do sistema sócio-educativo no RN. O Estado conta com 40 vagas na internação provisória, 134 na internação, e 22 na semi-liberdade. Hoje 104 adolescentes estão em cumprimento de medida sócio-educativa. E embora, o sistema não conte com 50 destas vagas, devido interdição de uma de suas unidades, o problema no Estado não está alocado nesta questão e sim na ausência de investimentos em recursos humanos no que se refere ao quantitativo, pois último concurso data de 1998, bem como na qualificação técnica desses profissionais.

A FUNDAC, gestora da política, tem 424 servidores lotados nas unidades que não cumprem expediente nas mesmas. Destes tem-se 125 servidores à disposição de outros órgãos sem ônus e 78 com ônus à Fundação, 62 de licença prêmio e 159 com tempo para a aposentadoria. Esses dados revelam que em curto prazo o quadro de servidores será insuficiente para execução da política. Quanto ao efetivo de policiais, estão lotados nestas unidades 102 policiais, porém parte destes também não dá expediente nestes locais. O Estado conta com apenas 01 Defensor público, que fica centralizado na capital, de modo que o direito do contraditório não é assegurado. A estrutura física das unidades também se encontra em estado calamitoso, nenhuma delas possuindo instalações físicas hidráulicas, elétricas e sanitárias adequadas para o atendimento aos adolescentes, além de estar em total desconformidade com os parâmetros arquitetônicos da lei do SINASE. A situação se agrava pela falta de manutenção de suas estruturas. Ainda, há forte deficiência também nos materiais permanentes de consumo e de expediente, como os referentes a medicamentos, higiene e alimentos.

Do Ponto de vista da estruturação da política pública é inegável o avanço. Porém, muito ainda há por fazer na efetivação da mesma. No enfrentamento desse modelo de desenvolvimento que favorece a manutenção do sistema capitalista, que explora a força de trabalho, que viola direitos em detrimento do acúmulo de capital de alguns.

Como nos aponta o Ricardo Antunes (2011) o governo brasileiro na última década foi o que melhor conciliou a relação capital-trabalho na medida em que desenvolveu um conjunto de políticas e programas sociais que garantem a inclusão dos mais pobres, porém temos que nos manter atentos a uma inclusão que não modifica a questão estrutural, fonte alimentadora da desigualdade. Esse é o nosso maior desafio, a defesa de um Estado ampliado que garanta condições de desenvolvimento e empoderamento dos cidadãos.

Obrigada, um bom dia a todos!

Referências:

Antunes, Ricardo. Educação e movimentos sociais: uma crítica histórico-social da ação estratégica do terceiro setor e suas implicações político-pedagógicas. V encontro brasileiro de educação e marxismo, educação e emancipação humana. UFSC: Santa Catarina. 2011.

Brasil. Relatório DDN 100. SDH: Brasília, 2012

Carta do Movimento da Infância do Rio Grande do Norte. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual e Fórum DCA RN. 2012

CEDECA Casa Renascer. Infâncias Violadas: Casos emblemáticos que retratam a realidade do RN. CEDECA CASA RENASCER: RN, 2010.

Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual. Relatório de Avaliação do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual. 2009.

Conclusão das reuniões e audiência pública realizada na assembleia legislativa do RN no dia 04.06.2012. Câmara dos Deputados: RN. 2012.

Documento da Articulação Popular Nacional pela garantia dos Direitos Humanos, no contexto dos Megaeventos. 2012